

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

DAYANA CAROLINE RODRIGUES MACEDO XAVIER

**O MUNDO DO TRABALHO E ASPECTOS DO TRABALHO
INFORMAL NA ATUALIDADE**

**MATINHOS
2014**

DAYANA CAROLINE RODRIGUES MACEDO XAVIER

**O MUNDO DO TRABALHO E ASPECTOS DO TRABALHO
INFORMAL NA ATUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Questão Social pela
Perspectiva Interdisciplinar, Universidade Federal
do Paraná, Setor Litoral.

Professora Orientadora: Dr^a. Lenir Maristela da
Silva

**MATINHOS
2014**

RESUMO:

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a temática do mundo do trabalho, o caracterizando na dimensão filosófica e histórica, apresentando suas bases de estruturação, assim como as condições sobre as quais se consolidou a regulamentação do trabalho formal e a emergência e crescimento da informalidade. O artigo objetivou ainda, delimitar o conceito de informalidade, apontar aspectos do trabalho informal da atualidade e indicar ainda algumas políticas sociais relacionadas ao mundo do trabalho.

Palavras-chaves: Trabalho. Emprego. Informalidade. Políticas Sociais.

LISTA DE SIGLAS

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT - General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PEA – População Economicamente Ativa

1 INTRODUÇÃO

A proposta do presente artigo teve como tema de pesquisa o mundo do trabalho e aspectos do trabalho informal na atualidade, para tanto apresenta a constituição filosófica e histórica do trabalho e correlaciona essas dimensões com a condição de informalidade que ele assume na contemporaneidade e com as requisições do mundo do trabalho atual.

A pesquisa procurou responder questões a respeito de quais foram as condições históricas sobre as quais se construiu a informalidade do trabalho, quais são os efeitos do trabalho informal no mundo do trabalho e para os trabalhadores diante das lutas trabalhistas e da consolidação de direitos já conquistados, e quais são as políticas sociais que enfrentam o quadro da informalidade no Brasil.

O trabalho sofrera na história da humanidade diversificadas transformações, essas, são indissociáveis de todo o contexto histórico que envolvia a sociedade, desde a construção das relações sociais e de trabalho, quanto as correlações de forças em qualquer regime político ou econômico pelo poder.

O trabalho informal é apenas uma das expressões da questão social, apenas um dos produtos do conflito entre capital e trabalho, porém é um fruto muito expressivo e que incide nas mais variadas dimensões da vida societária e na vida do indivíduo como sujeito.

A necessidade de estudar esse fenômeno histórico é com a finalidade de conhecer suas “raízes”, a fim de que seja possível traçar caminhos de superação do quadro da informalidade. Essa contribuição teórica tem a intenção de munir seus leitores do conhecimento da gênese do trabalho, suas metamorfoses, os elementos que propiciaram o trabalho informal e das possibilidades de enfrentamento.

2 Categoria Trabalho

2.1 DIMENSÃO FILOSÓFICA DO TRABALHO

Considerando como objeto deste artigo, o mundo do trabalho e aspectos do trabalho informal na atualidade, cabe discorrer primeiramente sobre a categoria Trabalho em suas dimensões filosófica e histórica. Pois é por meio do trabalho e a partir dele que o homem produz o mundo e reproduz a si mesmo, estabelecendo as relações sociais de produção imprescindíveis e independentes de sua vontade que desencadeiam em diferentes épocas, conflitos de naturezas diversas e que se diferenciará dependendo do estágio e do avanço das forças produtivas, segundo as reflexões de Karl Marx e Friedrich Engels em o Manifesto do Partido Comunista de 1848¹. Na contemporaneidade o trabalho se expressa pela contradição entre capital e trabalho expressado uma intensa luta de classes que já se alarga por bem mais de um século.

O trabalho no sentido ontológico², segundo os estudos de Lukács³, é uma atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social, isto é, a transformação da matéria que advém da natureza em bens úteis por meio da práxis. Considerando o trabalho como a única forma de materializar os bens para atender as necessidades oriundas das relações dos homens entre si, é correto afirmar que o Trabalho é objeto fundante do mundo dos homens.

¹ Escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em dezembro de 1847 - janeiro de 1848. Publicado pela primeira vez em Londres em fevereiro de 1848. Publicado de acordo com o texto da edição soviética em espanhol de 1951, traduzida da edição alemã de 1848. Confrontado com a edição inglesa de 1888, editada por Friedrich Engels. Traduzido do espanhol. Disponível em: <http://www.psb40.org.br/bib/b30.pdf>. Acesso em 30 de Outubro/2014, 10:13.

² Ontologia: Que faz parte do ser, fundante da natureza do ser, inerente ao ser. Disponível em: LESSA, Sérgio. Mundo dos homens.

³ Lukács: Um dos mais originais pensadores marxistas do século XX, “a tematização da categoria trabalho, presente na Ontologia, recupera e, com isso, opera um Sato qualitativo: a dimensão dada pela vida cotidiana, como ponto de partida para a *genericidade parasi* dos homens”. Ricardo Antunes.

Como Engels coloca, trabalho é “a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (p. 11).⁴

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório [...] que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social. Todas as determinações que, conforme veremos estão presentes na essência do que é o novo ser social estão contidas *in nuce* no trabalho. O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social [...] (LUKÁCS, 1979, p. 134)

Ao transformar a natureza o homem também se transforma, pois o trabalho é um processo composto pela prévia-ideação e pela objetivação, resultando na transformação da realidade e ao mesmo tempo, do indivíduo e da sociedade (LESSA, 1999). A prévia ideação denominada também teleologia, é a capacidade do sujeito de antecipar em sua consciência o resultado a ser alcançado pelo trabalho, e a objetivação ainda segundo Lessa, é a efetiva produção do que foi previamente projetado transformando o que era apenas ideia em um objeto pertencente à realidade externa ao sujeito. Portanto, o trabalho pode ser considerado além da fonte de criação do homem, fonte de libertação, pois a partir e com o trabalho o homem adquire conhecimentos, habilidades ampliando sua compreensão, entendimento e domínio sobre a natureza.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam homem e natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando, assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, Karl, 1989, p.202)

Considerando o trabalho como uma ação coletiva enquanto ação humana e ‘tarefa social’, donde decorrem também as relações que se estabelecem entre os homens, ou seja, trabalho e reprodução social articulam-se de tal modo que um não pode existir fora da relação com o outro, pois não há ato individual fora da

⁴ ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: RICARDO, Antunes (org). A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels. São Paulo. Expressa Popular, 2004.

reprodução social. O trabalho também estabelece uma relação dialética entre a teoria e a prática, pela qual uma não pode existir sem a outra: o projeto orienta a ação e esta altera o projeto, que de novo altera a ação [...]. (ARANHA, 1996)

Para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza [...] (IAMAMOTTO, 2001. p. 29)

A transformação da natureza que se refere lamamoto é o trabalho, capacidade unicamente humana e que difere os homens dos animais, considerando ainda que, ao transformar a natureza simultaneamente o homem transforma sua própria natureza. Portanto, os homens dependem de uma relação contínua com a natureza para sua sobrevivência, assim como também dependem das relações sociais, pois o trabalho em suas ramificações também é uma ação coletiva, das quais se originam as relações de produção. Afinal, produção é o ato do trabalho, ato de transformação da natureza.

2.2 DIMENSÃO HISTÓRIA DO TRABALHO

Partindo desta concepção filosófica do trabalho, torna-se necessário discorrer sobre a dimensão histórica do trabalho, dos modelos de produção e das condições históricas dos mesmos, para assim, melhor compreender a categoria em sua totalidade.

O trabalho historicamente sempre esteve vinculado a uma ótica negativa, a etimologia da palavra 'trabalho' vem do vocábulo *tripaliare*, do substantivo, *tripalium*, e significa a expressão para designar aparelho de tortura formado por três paus, ao qual eram amarrados os presos e também animais difíceis de domar. Na Bíblia, Adão e Eva foram castigados por causa do pecado, Adão foi condenado ao trabalho com 'suor do seu rosto' e Eva ao 'trabalho' do parto. Daí decorre associações do trabalho com tortura, labuta, sofrimento. (ARANHA, 1996)

Primeiramente deve-se discorrer brevemente sobre os modos de produção escravo e servil, para após fazer um resgate mais profundo sobre o capitalismo.

No modo de produção escravocrata, era possível uma enorme produção de excedente e grande acumulação de riqueza, pois o sistema é baseado na apropriação de um homem por outro, não havia trabalho assalariado, o senhor alimentava seu escravo e se apropriava do produto do trabalho dele. O escravo era propriedade do seu senhor e tal designação era imposta por meio da força. Existiam vários motivos pelos quais alguns homens, os escravos, ficavam subjugados a outros homens, talvez pela derrota numa guerra, ou por serem estrangeiros noutra terra, etc. Em todas as sociedades, os escravos eram mercadorias, porém em algumas podiam ser vendidos ou trocados, em outras não, neste caso, os escravos eram de propriedade do Estado, e era concedido o direito de uso aos senhores.

Por volta do século XVIII a escravatura começou a ser considerada pouco rentável, devido à nova conjuntura política que nascia junto dos conflitos entre as potências colonizadoras e a revolução industrial que já dava sinais de eclosão, ainda nesse período surgiu o movimento iluminista, trazendo consigo o movimento abolicionista, tais movimentos acrescidos da conjuntura da época, como numa 'caldeira de contradições' a abolição da escravatura culminou em 1888.

Outro modo de produção importante a ser abordado é a servidão feudal, neste sistema assim como na escravidão há ausência total de liberdade, o servo não é propriedade do senhor feudal, porém a terra em que produz sua subsistência é, portanto o trabalhador estava preso à terra, assim o senhor feudal assegurava a si mesmo a maior renda possível do cultivo, deixando para o servo apenas o suficiente para sobrevivência. Nesse sistema o dono da terra era absoluto, isso gerou muitas revoltas camponesas. A sociedade feudal tinha duas classes básicas: senhores e servos, porém os guerreiros e o clero tinham grande importância.

O Bispo Adalberon de Laon, citado no livro "História"⁵, compreende o sistema feudal como uma sociedade onde "alguns rezam, outros guerreiam e outros trabalham, onde todos formam um conjunto inseparável e o trabalho de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros". Nesse breve retrato da sociedade feudal, além do discurso da Igreja tentando

⁵ FIGUEIRA. Divalte Garcia, 2005. P. 70.

preservar a situação social considerando-a harmoniosa, categorizam-se as atividades entre espirituais e manuais, reforçando a hierarquia e o poder de uma classe sob outra.

O feudalismo e a escravidão coexistiram, e foram semelhantes no que diz a respeito à obrigação imposta ao produtor/trabalhador pela força e independente de sua vontade satisfazer as exigências econômicas dos senhores. Ainda que haja resquícios escravocratas e feudais na sociedade capitalista, aspectos que se tratarão posteriormente no resgate da evolução do capitalismo, os dois modos de produção se 'extinguíram'.

Cabe ainda reforçar que os modos de produção escravocrata e feudal, estiveram baseados na exploração de uma classe por outra considerada superior, assim como o capitalismo.

A primitiva propriedade comunal da terra correspondia, por um lado, a um estágio de desenvolvimento dos homens no qual seu horizonte era limitado, em geral, às coisas mais imediatas, e pressupunha, por outro lado, certo excedente de terras livres, que oferecia determinada margem para neutralizar os possíveis resultados adversos dessa economia primitiva. Ao esgotar-se o excedente de terras livres, começou a decadência da propriedade comunal. Todas as formas mais elevadas de produção que vieram de pois conduziram à divisão da população em classes diferentes e, portanto, no antagonismo entre as classes dominantes e as classes oprimidas. Em consequência, os Interesses das classes dominantes converteram-se no elemento propulsor da produção, enquanto esta não se limitava a manter, bem ou mal, a mísera existência dos oprimidos. Isso encontra sua expressão mais acabada no modo de produção capitalista [...] (ENGELS, Friedrich, 1876)⁶

Na Antiguidade o trabalho manual era considerado sem valor, pois era realizado por escravos e servos, a produção intelectual era considerada digna, apenas os 'homens livres' é que tinha o privilégio de exercer tal atividade. Porém a Idade Média caracterizou-se por um período de reabilitação do trabalho manual, existiam muitos artesãos e mercadores camponeses relativamente livres que se

⁶ Escrito em: 1876. 1ª Edição: Neue Zeit, 1896. Origem da presente transcrição: edição soviética de 1952, de acordo com o manuscrito, em alemão. Traduzido do espanhol. Transcrição de: amavelmente cedida por "[O Vermelho](#)" para [Marxists Internet Archive](#), 2004. HTML por [José Braz](#) para [Marxists Internet Archive](#), 2004. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em 29 de Setembro/2014, 15:30.

reuniam para resistir aos senhores feudais. Assim apontava-se o surgimento de uma nova classe que culminaria num novo sistema: a burguesia, classe constituída de basicamente comerciantes e artesãos.

A palavra burgo significa algo semelhante a lugar imundo, e burguesia tem significado genérico de 'ralé' ou escória⁷. A classe nascente trazia em seu bojo princípios de liberdade, e as localidades onde os pioneiros reuniam-se para comercializar seus produtos, culminaram em centros urbanos. Nesta nova sociedade que emergia, via-se a possibilidade de mobilidade dentro das classes, não era mais o nascimento que determinava o destino do indivíduo, mas sim nas potencialidades que desenvolvesse.

É pertinente destacar o pensamento iluminista que emerge por volta do século XVII⁸, esse pensamento fundamenta teoricamente a construção dessa nova sociedade, o conjunto de idéias que surgiam eram totalmente opostas ao absolutismo e do misticismo religioso, a principal característica desse movimento era a valorização da ciência e da racionalidade que se espalhou principalmente na Europa. Apesar de ser um movimento, sobretudo filosófico, acabou refletindo ainda na política e na economia, a "atuação" iluminista se concentrou na esfera política principalmente na defesa dos direitos do indivíduo e no combate as arbitrariedades dos governos absolutistas, porém tinha como referencial os novos ideais burgueses que se desenvolviam na época, o que fortaleceu as teorias que pregavam a liberdade econômica e a formação do livre mercado.

Outro evento de importante relevância ao tratar da esfera do trabalho e das novas concepções sobre o mesmo na sociedade moderna, é a reforma protestante, que teve papel fundamental na construção de um novo significado do trabalho. Há a partir desse momento histórico um entrelaçamento entre trabalho e valorização, deixando de ser elemento humilhante para ser elemento gratificante e digno, isso se deve a teoria da predestinação de Calvino.⁹

⁷ Significados retirados das anotações da disciplina de Fundamentos históricos teóricos metodológicos do Serviço Social I, ministrada pela Professora Doutora Solange Fernandes.

⁸ Não há consenso que determine a data concreta do nascimento do movimento Iluminista, mas de acordo com o tempo histórico de nascimento e vida de seus principais pensadores, pode-se dizer que iniciou aproximadamente por volta do século XVII.

⁹ O Calvinismo foi a "fé" em torno da qual giraram os países capitalisticamente desenvolvidos – Países Baixos, Inglaterra e França – grandes lutas políticas e culturais dos séculos XVI e XVII. (A ética protestante e o espírito do capitalismo, 1967, p.67,68)

Nesse quadro de transição a Revolução Francesa ocorre, pois todos esses aspectos relacionados à derrocada do feudalismo e ainda acrescido desses ideais de liberdade fomentaram o desejo da ruptura com o poder da nobreza e do clero. Além da Revolução Francesa houve tantas outras revoluções, denominadas revoluções burguesas, guiadas por um conjunto de idéias frontalmente opostas ao absolutismo dos reis e o misticismo religioso.

A base essencial dessa sociedade urbana estava no 'pequeno modo de produção', com destaque para os artesãos, pequenos produtores, donos de seus instrumentos e matéria-prima dos produtos que comercializavam. Porém a produtividade do trabalho era pequena, pelo fato do artesão trabalhar só, daí desenvolveu-se uma classe privilegiada de burgueses que, separando-se da produção, começaram a se empenhar exclusivamente no comércio atacadista, e num mercado mais amplo e crescente, o indivíduo via a possibilidade de ultrapassar sua renda necessária para sua sobrevivência. Desenvolvia-se nesse período a fonte capitalista de acumulação, ainda que camuflada por relações contratuais entre os atacadistas e os artesãos, a exploração de uma classe por outra se repetia, e a produção de excedente também aumentava. (DOBB, 1973)

O processo de acumulação de capital e a ampliação dos mercados começam a emergir, pois parte dos próprios produtores começou a acumular capital e passaram a comercializar, o que possibilitou a organização da produção numa base já capitalista. Os comerciantes perceberam que podiam aumentar ainda mais a produção e os lucros ao reunir os artesãos num mesmo local para trabalhar, do que espalhar as ferramentas e matérias-primas. Aumenta-se a desigualdade, pois famílias que viviam antes apenas do trabalho doméstico, dispunham de seus instrumentos, para vender sua força de trabalho em troca de salário, visto que a produção artesanal e individual não era mais rentável o suficiente para concorrer com os primeiros barracões de produção que apareciam.

A partir daí o produtor que também era comerciante deixou de produzir para arrendar trabalhadores, passou a ser empregador e comerciante. Os trabalhadores eram submetidos a uma nova ordem, tinham determinada sua função, horário e ritmo de trabalho pelos donos dos barracões. E o fruto do seu trabalho não lhes pertencia, a produção era vendida pelo patrão que ficava com o lucro, este que

ficava cada vez mais envolto no deslumbre da riqueza, interessava-se na melhoria dos instrumentos e dos métodos de produção, visando maior lucro. Reforçava-se cada vez mais a rachadura entre as classes entre os trabalhadores e os donos do barracão.

Simultânea e influenciada por esse movimento no mundo econômico e da produção eclodiu a Revolução Industrial, um conjunto de transformações econômicas, sociais e tecnológicas que teve início na Inglaterra na segunda metade do século XVIII. Essa revolução teve papel vital no desenvolvimento do capitalismo, foi um período marcado por intensa acumulação do capital e transformações nos métodos de produção, em síntese, a revolução industrial significou o advento da indústria e da produção em série. Assim surgiram as fábricas com emprego da maquinaria, esse foi o fim da produção domiciliar, para a produção em grande escala. Vejamos acerca de uma característica genérica do sistema de maquinaria por Marx:

A máquina de trabalho combinada, que agora é um sistema orgânico de diversas máquinas e grupos de máquinas, é tão mais perfeito quanto mais contínuo é seu processo total, i.e., quanto menores sejam as interrupções que ocorram no trânsito da matéria-prima desde a primeira fase até a última, e , portanto, quanto menor a intervenção da mão do homem neste processo e maior a do mecanismo, desde a fase inicial até a final. Se na manufatura o isolamento dos processos diferenciados é um princípio da continuidade dos processos específicos. (MARX, 1973, p. 310-311)

Porém a partir daí o trabalhador perdeu o domínio sobre o produto do seu trabalho, pois não era mais responsável por toda a produção, mas por apenas uma parcela desta. Nasce outra nova classe nessa conjuntura: o proletariado.

O surgimento do capitalismo nasce dos diversos processos revolucionários, as Revoluções Burguesas resultaram na emergência da burguesia e do proletariado, classes diretamente antagônicas, e que para compreender melhor o novo modo de produção deve-se discorrer sobre as características que cada uma das classes incorpora nas relações materiais estabelecidas entre si, nesse no modo de produção capitalista.

O capitalismo de modo geral é a maneira que se organiza sociedade a partir da produção de mercadorias¹⁰. Entendendo aqui, mercadorias como tudo aquilo que possui valor de uso e valor de troca. Entende-se valor de uso como a materialidade da mercadoria que se realiza no consumo de objetos úteis para si ou para quem adquire, e valor de troca é a 'venda' do produto, para o 'possuidor' da mercadoria, para ele a única utilidade da mercadoria tê-la como meio de troca, pois o valor das mercadorias só se expressa na relação de troca. (Iamamoto, 2001)

A mercadoria é a materialização do trabalho humano, essa materialização compõe-se de três elementos: matéria-prima, instrumentos, e força de trabalho. Porém sem a força de trabalho seria impossível a transformação da matéria-prima em mercadorias, é a ação do homem sobre a matéria-prima que imprime valor à mercadoria, ou seja, o trabalho é condição fundamental para a produção dos bens que atendam as necessidades.

O trabalhador possui como mercadoria de valor de troca sua força de trabalho, mas é desprovido das condições materiais para materializá-lo individualmente, então vende sua força de trabalho ao dono dos meios de produção para garantir sua subsistência e reprodução da sua capacidade de trabalho. O capitalista por sua vez consome toda a força de trabalho do trabalhador na produção das mercadorias criando valores de uso sob elas - afinal o consumo da força de trabalho pertence ao capitalista, e conseqüentemente o produto do trabalho também - e deve pagar um salário correspondente ao custo da manutenção da força de trabalho do empregado e sua família. Porém o trabalhador produz e cria valor maior do que o correspondente ao que lhe é pago (que deveria corresponder ao valor da sua força de trabalho), esse excedente aumenta o capital e extrai a mais-valia.¹¹

O capital é um processo e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo da vida.

¹⁰ Mercadoria: Objetos úteis, produtos de um trabalho de qualidade específica (trabalho útil concreto), que atendem a necessidades sociais, como objetos úteis, de qualidade materiais diferenciadas.

¹¹ Mais-valia: O valor que o operário cria além do valor da sua força de trabalho, e que é apropriado pelo capitalista. ARANHA, 1996.

Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número de soluções possíveis. (HARVEY, 2007, p. 307)

O trabalhador não vê a exploração do sistema capitalista sob sua força de trabalho, pois está alienado¹², não se percebe como explorado e como produtor, não se reconhece no que produz segundo Maria Lucia Arruda Aranha, (1996, p. 277) “o produto surge como um poder separado do produtor, como realidade soberana e tirânica que o domina e o ameaça”, a esse processo Marx chama de fetichismo da mercadoria, como se produto fosse criado fantasmagoricamente. Ainda considerando a alienação, nesse mesmo processo onde o produto esconde o processo pelo qual foi produzido, como se fosse a produção fosse mágica, o trabalhador se torna ‘coisa’, esse processo denomina-se reificação, onde a relação entre mercadorias esconde as relações entre as classes antagônicas, o dono dos meios de produção comprou a mercadoria do trabalhador, a força de trabalho, logo, a relação é de troca de mercadorias.

A partir da implantação do sistema fabril, não era mais possível que o trabalhador conhecesse todas as etapas da produção, resultado da divisão do trabalho, que trazia certa simplificação e maior rapidez do processo, visando maior produtividade e conseqüentemente maior lucro. A divisão do trabalho, foi intensificada a partir do século XX (LAZZRESCHI, 2007). Cabe a partir de agora destacar as características de dois processos de produção que revolucionaram o campo da produção em série, o taylorismo e fordismo.

Frederick Winslow Taylor foi engenheiro mecânico e desenvolveu o taylorismo, um conjunto de métodos onde o trabalhador tinha que executar sua tarefa dentro do processo produtivo em menor tempo possível, e não havia a necessidade de conhecer outras etapas da produção que resultavam no produto final. (LAZZRESCHI, 2007)

O taylorismo reforçou o processo de divisão técnica do trabalho, com cada um responsável e com conhecimento de uma única etapa do processo, o único empregado que tinha conhecimento de todas as etapas da produção era o gerente,

¹² Alienação: Há vários sentidos para o conceito de alienação, juridicamente entende-se como perda do usufruto de um bem ou de uma posse, na vida diária caracteriza alguém desinteressado de assuntos importantes, como política e sociedade, mas em todos os sentidos há algo em comum, compreensão do real mundo em que vive e que torna o sujeito alheio a sua consciência um segmento importante da realidade em que se acha inserido. (ARANHA, 1996, p. 59)

que fiscalizava o tempo destinado para cada tarefa que os trabalhadores desempenhavam com cronômetros, as tarefas eram simples e repetitivas, esse sistema produtivo foi marcado pela padronização, maior produtividade com economia de tempo, supressão de gestos desnecessários e simplificação de outros, visando melhor colocação do corpo no interior do processo de produção. (LAZZRESCHI, 2007)

Os funcionários bons eram estimulados com recompensas e os 'indolentes' sujeitos a punição. Tal processo de distribuição de prêmios, gratificações e promoções estimulava a competição e fragmentava os grupos, facilitando o controle absoluto do capitalista sobre os trabalhadores. (ARANHA, 1996)

A ideia da tarefa é, quiçá, o mais importante elemento na administração científica. O trabalho e cada operário é completamente planejado pela direção, pelo menos, com um dia de antecedência e cada homem recebe, na maioria dos casos, instruções escritas completas que minudenciam a tarefa de que é encarregado e também os meios usados para realizá-la [...] Na tarefa é especificado o que deve ser feito e também como fazê-lo, além do tempo concebido para a execução. (TAYLOR, apud LAZZARESCHI, 2007 p.21)

Nesse período de fragmentação e especialização das atividades industriais, outra organização do processo de trabalho vale ser destacado: o Fordismo, uma especialização do Taylorismo, desenvolvido por Henry Ford, o pai da indústria de automóvel, a característica mais marcante do Fordismo é a introdução de uma espécie de esteira na linha de montagem, por onde o automóvel ou produto fabricado se deslocava no interior da fábrica enquanto cada trabalhador ficava em determinado local realizando uma tarefa específica, o resultado dessa transformação foi o ritmo de trabalho que era ditado pelas máquinas programadas. (LAZZRESCHI, 2007)

Nessa nova administração do processo de trabalho, assim como no Taylorismo, o funcionário se especializava apenas em uma etapa do processo produtivo, fazendo surgir o operário semi-qualificado, simples condutor de máquinas e executor de tarefas preestabelecidas.

O fordismo caracteriza o que poderíamos chamar de socialização da proposta de Taylor, pois, enquanto este procurava administrar a forma de execução de cada trabalho individual, o fordismo realiza isso de forma coletiva, ou seja, a administração pelo capital da forma de execução das

tarefas individuais se dá de uma forma coletiva, pela via da esteira. (MORAES NETO, apud LAZZRESCHI, 2007 p.22)

Essa racionalização também trouxe benefícios, popularizou a venda de automóveis de maneira tal, que os próprios operários podiam adquirir seus veículos, isso foi inclusive um incentivo de Henry Ford aos seus empregados, reajustando seus salários.

Porém, há de se levar em conta que o fordismo se consolidou e se estendeu numa dimensão internacional apenas no período pós guerra, portanto faz-se necessário grifar esses dois momentos do fordismo. No princípio que pode ser mensurado por volta de 1914, Ford foi além da racionalização de velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho, tinha em sua visão o reconhecimento que produção de massa, significava consumo de massa, ou seja, era necessário um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, em síntese, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 2007)

Essa nova configuração de sociedade necessitava de um novo conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, porém esse conjunto que pode ser denominado de fordismo-keynesiano se consolidará apenas no período de expansão de pós-guerra, pois o fordismo, assim como o taylorismo, enfrentara fortes resistências apesar do grande domínio capitalista, grande fluxo de mão-de-obra imigrante e da mobilização do exército de reserva. A rotatividade da força de trabalho era grande, além da dificuldade de disseminação de um modo de produção puramente rotinizado, e também a grande depressão capitalista por volta dos 1930. (HARVEY, 2007)

Outra barreira à consolidação do fordismo era chegar ao conjunto de estratégias político-econômicas que estabilizassem o capitalismo, somente após o quase-colapso da década de 1930 a sociedade capitalista consegue chegar a uma nova concepção de forma e uso dos poderes do Estado, por volta de 1954 o fordismo chega à maturidade nesses entre anos se aliou fortemente ao

keynesianismo¹³ e se dedicou a um surto de expansões internacionalistas e se mantém quase intacto até 1973. (HARVEY, 2007)

Porém nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, uma força de trabalho predominantemente branca, masculina e fortemente sindicalizada emanava insatisfações das minorias excluídas e cada vez mais tornava-se evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes do capitalismo. (HARVEY, 2007)

O taylorismo e o fordismo tinham o mesmo objetivo, ampliar a produção em menor espaço de tempo e aumentar os lucros dos detentores dos meios de produção por meio da exploração da força de trabalho dos operários, esses sistemas de produção obtiveram sucesso, porém como toda forma, foi sofrendo crises de 'contradições' que iam se somando por dentro até não caber mais nessa forma. (HARVEY, 2007)

A maior contradição desses sistemas de produção foi à rigidez da produção que não proporcionava a possibilidade de produtos diversos, a produção em massa era caracterizada principalmente pela padronização dos produtos, isso impedia a absorção de novas demandas por produtos diversificados pelo mercado que o próprio capital gera. (HARVEY, 2007)

A profunda recessão de 1973, exarcebada pelo choque do petróleo, evidentemente reitou o mundo capitalista do sufocante torpor da 'estagflação' (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. (HARVEY, 2007, p. 140)

A partir daí surge a acumulação flexível, um confronto direto com o fordismo, foi um processo de transição rápido, mas nas palavras de David harvey "ainda não bem entendido". A proposta toyotista era ajustar a oferta às demandas, para superar a rigidez caracterizadora da produção em massa. Porém tal superação foi

¹³ Teoria keynesiana que propunha a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego, mantendo o crescimento da demanda em paridade com o aumento da capacidade produtiva da economia.

interpretada por alguns autores, entre eles Stephen Wood, como uma operacionalização diferente dos mesmos princípios da produção em massa.

O que o *just-in-time*¹⁴ inverte não são os princípios fundamentais da produção em massa, mas os meios convencionais de operacionalizá-los [...] O modelo de administração japonesa (*just-in-time* e círculos de qualidade), na medida em que envolve os operários na engenharia industrial, inverte certas dimensões do taylorismo (com sua ênfase numa clara e absoluta responsabilidade gerencial pela concepção). No entanto, neste modelo japonês, continua-se a projetar atividades com ciclos curtos, tarefas fragmentadas e um trabalho que tem concepções de tarefa estandardizada. (WOOD, 1993, p. 55)

Podemos concluir então, que a produção em massa foi pré-condição para a emergência do toyotismo, e que a acumulação flexível é uma particular e talvez, nova, combinação de velhos elementos dentro da lógica dominante da acumulação do capital. Tal processo de aprimoramento do trabalho desenvolvido pelos dos japoneses procedeu-se a reestruturação produtiva, cujas características principais nas palavras do sociólogo inglês David Harvey são: “a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e dos padrões de consumo.” (HARVEY, 2007)

A característica do modo de acumulação flexível é a integração da engenharia e da produção com o uso de tecnologias da informação, ou seja, para produzir um novo produto, não precisa mudar todo o maquinário, apenas o programa do computador. Isso possibilitou personalizar os produtos e vendê-los a preço de produção em massa.

Essa nova fase, expressa mudanças significativas nas técnicas de gerenciamento do processo de trabalho. Além dessas mudanças, outras transformações eclodem nesse período, como o processo de globalização, impulsionadas pelo avanço tecnológico, sobretudo nas áreas de informática e comunicações. A partir daí capitais e mercadorias passaram a circular de forma mais intensa por todo mundo, o capitalismo desde os primórdios tendia para a internacionalização, e como característica própria desse sistema a produção da riqueza gerada pela globalização não é apropriada de forma igualitária por todas as nações, o que amplia os contrastes entre países ricos e pobres, gerando conflitos ao

¹⁴ *Just-in-time*: O mais descentralizado e flexível sistema de produção que possibilita maior integração horizontal entre o design, o desenvolvimento e a produção. Viabiliza respostas mais rápidas às mudanças das demandas. (FREEMAN, 1989)

redor do mundo, assim como atenua as diferenças entre as pessoas pobres e ricas e gera conflitos de classes. Para compreender melhor esse processo, vale destacar nas palavras de Noêmia Lazzareschi os desdobramentos da globalização, também denominada terceira revolução:

A globalização, ao tornar as economias do mundo interdependentes e, sobretudo dependentes das conjunturas econômicas e políticas dos países mais ricos, isto é, dos maiores consumidores de mercadorias e de serviços para aumentarem suas exportações, acirra a competição por mercados entre regiões, países e empresas. Sem dúvida, isso requer não só modernização organizacional¹⁵ para intensificar o processo de redução de custos de produção e barateamento das mercadorias. (2007, p. 47)

Assim como os outros modos de acumulação do capital, a acumulação flexível, acrescentada da reestruturação produtiva, e a globalização geraram novos problemas, dificuldades e frustrações. Dentre eles estão graves conseqüências para os trabalhadores e governos de todo o mundo, especialmente dos países subdesenvolvidos, elevação dos índices de desemprego, surgimento de novas e precárias relações de trabalho, aumento considerável do mercado informal de trabalho, exigência de novas competências profissionais para garantia de empregabilidade, quando a maioria dos trabalhadores dos países mais pobres não tem acesso à formação profissional que garanta essas competências.

Os problemas sociais são agravados, violência urbana, *déficits* da Previdência Social, que atingem milhões de famílias. O desemprego em taxas elevadas significa pobreza potencializada.

Os trabalhadores até aqui já haviam conquistado muito no que diz respeito às condições e relações de trabalho. No decorrer da História há um grande processo de lutas dos trabalhadores, que passaram a se organizar por volta da emergência da Revolução Industrial, devido às condições de trabalho a que eram expostos homens, mulheres e crianças, e também devido às mudanças no mundo do trabalho que

¹⁵ Modernização organizacional: Segundo a autora significa uma reforma na administração das organizações empresariais, é a adoção de “métodos japoneses de processo de trabalho (toyotismo), formação de redes empresariais nacionais e/ou internacionais – redes de produção, de distribuição, de comercialização – com a terceirização de micro e pequenas empresas, fusões de empresas, alianças estratégicas, e ainda estabelecimentos de novas relações de trabalho que exigem flexibilização ou a sua desregulamentação [...]”

ocorriam rapidamente, cada vez mais diminuindo os postos de trabalho. Os trabalhadores reagiram às opressões do trabalho.

Mas os trabalhadores não assistem passivamente ao seu próprio massacre. Sempre reagiram, reagem e reagirão inteligentemente às condições de trabalho e de vida que lhes são perversas e elaboram estratégias de defesa dos seus interesses, seja no interior das próprias empresas, seja em movimentos sociais que reivindicam transformações da situação vigente [...] (LAZZARESCHI, 2007, p. 60)

Porém, na medida em que o capitalismo se desenvolve agora numa sociedade globalizada, concordando com Octávio Ianni em 'A Era do Globalismo', é na progressiva ou rápida transição do fordismo para o toyotismo ou produção flexível numa divisão transnacional do trabalho que muitos trabalhadores se tornaram desempregados por longo tempo, ou permanentes, pois a demanda por mão de obra especializada que atendesse as novas tecnologias era maior do que para as atividades antes exercidas pela maior parte da força de trabalho. (IANNI, 2002)

É nessa conjuntura de internacionalização dos fatores produtivos, dos capitais e das revoluções tecnológicas onde não há limites para as atividades do capitalismo, que são reforçadas as desigualdades e as contradições que constituem o cenário nacional e mundial. Pois as mesmas condições que alimentam a interdependência e a integração também alimentam as condições subumanas de vida, perda de conquistas históricas, e ainda as mazelas cotidianas, infelizmente banalizadas como o trabalho infantil e a superexploração da mão-de-obra disfarçadas pelo discurso do crescimento econômico. (IANNI, 1992)

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem a qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. [...] A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como egoísmos, cinismos, a corrupção. [...] Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização. (SANTOS, 2008, p. 19,20)

A globalização é uma consequência natural da sociedade de mercado capitalista, a internacionalização torna países periféricos dependentes das grandes economias mundiais. A globalização neoliberal opera através das suas instituições internacionais de controle e regulação do capitalismo (FMI, BIRD, GATT) e os países

que dependem dos recursos seguem as orientações destas instituições financeiras, todo esse processo acirra a luta de classes e desencadeia vários outros problemas como já foram citados.

3 Aspectos do trabalho informal na atualidade

Cabe agora discorrer sobre o conceito de informalidade que aqui é assumido, pois de imediato insere-se nesse conceito tanto os trabalhadores que exercem suas atividades com parcial ou sem nenhuma seguridade, quanto àqueles que também compartilham dessas condições, porém são proprietários de pequenas estruturas produtivas/econômicas.

O termo informalidade assume muitos significados e interpretações dependendo da conjuntura na qual é abordado, a fim de delimitar seu uso neste artigo, tal conceito assumirá a função de diferenciar quando um trabalhador está exercendo suas atividades de forma legal ou ilegal.

Tal diferenciação se faz necessária, pois profissionais liberais, autônomos e mesmo os proprietários de pequenas estruturas produtivas/econômicas já citados anteriormente, poderiam ser considerados trabalhadores informais numa análise rasa e imediatista, mesmo quando suas atividades laborais proporcionam renda maior e elevado nível de condições de trabalho que em comparação aos trabalhadores formais, que desejamos é diferenciá-los do trabalho informal de vínculo precário, ilegal e desprotegido.

A conceituação de informalidade não alcançou ainda consenso entre os acadêmicos, tampouco na sociedade, carecendo de maior precisão. Diante de um mundo novo, no qual realidade se torna cada vez mais complexa, heterogênea e movediça, as dicotomias entre formal e informal ou moderno e tradicional perdem sustentação: os esforços devem se concentrar na busca de proteção para todos; a proteção social deve estar atrelada às pessoas e não à condição de ocupação. [Pastore: 2000].

Pastore se refere a um quadro de compreensão da informalidade a cerca de quatorze anos atrás, pretendemos construir uma base histórica das transformações que incidiram no tema da informalidade do trabalho.

Dentro dessa linha de abordagem, trabalho informal entendia-se por aquele que não possui a seguridade do vínculo empregatício, quando o trabalhador está desprotegido da manta de direitos que reveste àquele que possui registro do emprego e usufrui da conquista da CLT¹⁶.

Nessa conjuntura, além dos direitos conquistados e assegurados pela CLT, o trabalhador informal também é privado de remuneração com piso mínimo, de seguridade social que envolve o trabalhador com registro e de medidas de proteção a riscos e acidentes.

Como vimos, tais questões são conseqüências das transformações do mundo do trabalho, que atualmente trás novas requisições pelo fato do mesmo não estar mais restrito à produção industrial, com o advento da globalização, da tecnologia emergiram novas esferas do trabalho. Transformando novamente, o quadro e a compreensão da informalidade neste novo mundo do trabalho que emerge.

Porém, ainda são indissociáveis da categoria trabalho, conceitos construídos historicamente, como o fato do trabalho como valor moral, de dignidade e honra, principalmente quando o trabalho é “fichado”, termo usualmente utilizado pela classe constituída trabalhadora.

São muitos os fatores favoráveis para a reprodução do trabalho informal, o desemprego, além é claro, de exigências referentes à idade e aparência que infelizmente ainda são ocorrentes para conquista de um emprego formal. Existem ainda, outros elementos de difícil superação pelo caráter histórico que assumem, ainda hoje, quando o Brasil vive um momento de quase pleno emprego, a falta de profissionalização, escolaridade, articulação entre políticas (do trabalho, educação, saúde, previdência, assistência social) para o fomento do enfrentamento da informalidade ainda são elementos que fortalecem a informalidade do trabalho. Outro fator determinante é o fato da nossa sociedade ter assumido um projeto político neoliberal em detrimento do desenvolvimento pleno de um Estado-Providência.

¹⁶ CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 30 de Outubro/2014, 11:04.

Como é sabido, o Estado-Providência é o resultado de um compromisso, ou de um certo pacto teorizado no plano econômico por Keynes, entre Estado, o capital e o trabalho, no termo do qual os capitalistas renunciam a parte de sua autonomia e dos seus lucros (no curto prazo, não no médio prazo) e os trabalhadores a parte das suas reivindicações (as que respeitam à subversão da sociedade capitalista e à sua substituição pela sociedade socialista). Esta dupla renúncia pé gerida pelo Estado. O Estado transforma o excedente libertado, ou seja, os recursos financeiros que lhe advêm da tributação do capital privado e dos rendimentos salariais, em capital social. (BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS, 1987. Revista de Ciências Sociais, nº23)¹⁷

Uma das principais esferas da informalidade na atualidade compõe o campo do trabalho doméstico, pois a regulamentação do mesmo se deu há pouco. Um dos principais motivos para essa grande incidência de desproteção desses trabalhadores (motivo o qual os empregadores se utilizam como justificativa não valorativa de desresponsabilização) se deve ao fato dos grandes tributos que incidem para manutenção da proteção social do trabalhador doméstico.

Ainda tratando dos fatores que reforçam a reprodução da informalidade, é necessário reconhecer a representação social do trabalho informal na contemporaneidade. Representação Social de forma genérica - pois não nos cabe aqui discorrer detalhadamente obre conceito – são modos de pensar e apreender a realidade, com diferentes interpretações, a partir de determinadas relações sociais já estabelecidas e pela estrutura de sociedade determinada.

Como modalidade de pensamento prático as Representações Sociais são alguma coisa que emerge da prática em vigor na sociedade e na cultura e que as alimenta, perpetuando-as ou contribuindo para a sua própria transformação. (SÁ, 1998, p.50)

Afirmativas a respeito da “vantagem” do trabalho informal se difundem e se multiplicam nos discursos cotidianos nas relações sociais entre indivíduos. A fim de analisar tais representações, assumiremos um olhar sobre este fenômeno como o olhar sobre uma colcha de retalhos, uma variedade de “retalhos” historicamente construídos e “retalhos” contemporâneos das novas relações sociais e de trabalho

¹⁷ Disponível em:

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociedade_Providencia_ou_Autoritarismo_Social_RCCS42.PDF. Acesso em 23/09/2014 10:59

estabelecidas, a fim de apreender a conjuntura do mundo trabalho atual, no caso, a colcha de retalhos completa.

Imaginemos uma tapeçaria contemporânea. Ela comporta fios de linho, seda, algodão, lã, de cores variadas. Para conhecê-la, seria interessante conhecer as leis e princípios relativos a cada uma dessas espécies de fio. Contudo, a soma dos conhecimentos sobre cada tipo de fio que compõe a tapeçaria é insuficiente para conhecer essa nova realidade que é o tecido (ou seja, as qualidades e propriedades dessa tessitura). É também incapaz de nos auxiliar no conhecimento de sua forma e configuração. (MORIN, 1986)¹⁸

Partimos da compreensão e entendimento de despir a questão da informalidade de qualquer conceito ou interpretação já pré-concebido, de que o trabalho informal, precário, instável, contingente é “ruim” e o emprego como vínculo seguro é “bom”, pois tal análise já fora ultrapassada nesse momento.

Analisando nosso primeiro retalho, sobre o sistema de proteção social ainda que em caráter mínimo, garante pela legislação trabalhista o acesso à previdência social àqueles que têm carteira assinada, esse é um importante fator que evidencia o valor do trabalho formal. Uma vez que protege o trabalhador em ocorrências de doenças, acidentes, e outros percalços os quais os trabalhadores estão vulneráveis, assim como a garantia de aposentadoria pelo fato da vinculação à previdência social. Além é claro, que o emprego formal em nossa sociedade assume forte status de reconhecimento do indivíduo como sujeito “honrado”, pois o trabalho também assume papel de rótulo, de identidade social.

Por outro lado, o retalho da informalidade é sem dúvida uma alternativa de enfrentamento ao desemprego, gerado por fatores constituídos e já elencados anteriormente. E ainda que na informalidade, o trabalhador tem o direito de contribuir à previdência social e também garantir a seguridade social no que se refere às proteções a acidentes e outros percalços do trabalho.

Ao confrontarmos essas duas conjunturas, torna-se necessário, elencar elementos que compõe o bojo do trabalho informal da atualidade, como as políticas sociais para o trabalho informal, uma vez que as características do trabalho formal já são conhecidas pelo fato da regulamentação do mesmo.

¹⁸ Este texto faz parte do tomo *The Generation of Scientific, Administrative Knowledge*, editado por Michel Audet e Jean-Louis Maloin, Presses de l'Université Laval, Quebec, 1986, pp. 135-154).

Considerando o valor moral que o trabalho assumiu historicamente na sociedade, é indispensável que um sujeito de valor esteja trabalhando, seja em quais condições forem, é uma obrigação moral, que tem fundamento como já citado anteriormente na ética protestante. Conforme aponta Zaluar, “é assim que o trabalhador pobre alcança a redenção moral e, portanto, a dignidade pessoal”¹⁹, esse valor ainda é presente na sociedade contemporânea.

Esse é um dos fatores que leva os trabalhadores a adesão da informalidade no trabalho, além é claro, da necessidade de subsistência, porém a seguir, apontaremos outros fatores que influenciam, tencionam e incentivam os trabalhadores à informalidade.

Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego²⁰ apontam que o trabalho precário (“bicos”) vem sendo assumido como forma “normal” de geração de renda. Segundo pesquisa realizada neste campo de estudo por Ackermann (2007)²¹ verifica-se que na trajetória dos trabalhadores informais sujeitos desta referida pesquisa há existência de histórico de trabalho formal, trabalho informal e sobretudo, desemprego. Expressa-se também a cultura do emprego²² e a ética do trabalho e/ou da ética do provedor.²³ Portanto, dado esses apontamentos, podemos concluir que a informalidade, seu conceito, sua representação social para o trabalhador e para a sociedade contemporânea sofreram multitransformações.

Entre os anos de 1990 e 2000 houve um crescimento no desemprego impulsionando o trabalho informal, pelo fato do déficit entre o crescimento de espaços ocupacionais e o crescimento da força de trabalho (PEA - População Economicamente Ativa, 20 a 30 anos), segundo dados do DIEESE.

¹⁹ (2000, p. 121)

²⁰ Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>. Acesso em 30 de Outubro/2014, 11:37.

²¹ Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde.../Ackermann_tde.pdf. acesso em 10 de Outubro/2014, 15:54.

²² A cultura do emprego está fortemente aos direitos/benefícios acessados por meio do emprego. Diz respeito a uma certa segurança e possibilidade de planejamento do futuro em oposição a vivência da constante necessidade das preocupações com o presente e com o futuro. Os salários indiretos, os benefícios sociais e o fundo de garantia por tempo de serviço incutem uma noção, mesmo que talvez imaginária, de segurança contra os percalços da vida. Tornam possível utilizar o salário não apenas para suprir as necessidades mais presentes, mas também para construir um/algum patrimônio [...] (JARDIM,2004,p259)

²³ Aceitação de qualquer trabalho em caso de necessidade de sustentar a família.

Entretanto, a conjuntura atual, principalmente na última década, apresenta forte dinamismo na geração de emprego, inclusive na qualidade desse emprego, com formalização do vínculo empregatício e fortalecimento de ações voltadas para a seguridade do trabalho. Por exemplo, a Agenda do Trabalho do Decente e o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, pacto entre do governo federal e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) que envolve compromisso em fazer avançar as políticas públicas de emprego e proteção social.²⁴

Tais ações vêm tomando forma de enfrentamento ao trabalho ilegal e precário, a transformação do quadro desta informalidade se deve a políticas sociais implementadas na última década no país, as quais discorreremos a seguir.

Por meio do governo federal, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolvem políticas de combate à informalidade, aqui assumida resumidamente a ilegalidade do trabalho, pois como vimos anteriormente as iniciativas empreendedoras assumidas pelos trabalhadores autônomos/informais não caracterizam necessariamente trabalho precário, ilegal e desprotegido.

Exemplificaremos algumas das políticas públicas implementadas nos últimos anos e em exercício atualmente:

Uma das políticas para enfrentamento da informalidade é o *incentivo à iniciativa empreendedora* aos trabalhadores, que os tira da informalidade do trabalho para a “autonomia no trabalho”, encontra-se nessa esfera de incentivo ao empreendedorismo, programas de crédito e microcrédito, políticas de redução de impostos para pequenos empreendedores como o Simples Nacional²⁵, entre outros.

Outra ferramenta de enfrentamento ao quadro da informalidade é a *Secretaria de Inspeção do Trabalho*, que vai a ofensiva do trabalho escravo, trabalho infantil, fiscalização da saúde e segurança no trabalho, programa de alimentação do trabalhador, entre outros.

Citamos ainda, a *Secretaria de Relações do Trabalho*, que possui ações de mediação e assistência a contratos e rescisão de contratos de trabalho, combate à

²⁴ Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/antdl/>. Acesso 08 de Outubro/2014, 11:13.

²⁵ Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>. Acesso 23 de Outubro/2014, 15:30.

discriminação no trabalho, regulamentação do trabalho doméstico e do trabalho eventual/temporário, entre outros também.²⁶

Na última década, as estratégias de governo imprimiram uma reorganização do Sistema Público de Emprego com ênfase na qualificação profissional e na geração de renda.

A partir dessa nova perspectiva, a qualificação e geração de renda além do enfrentamento da informalidade do trabalho também atuam no combate a pobreza, pois a focalização desses programas para o público mais empobrecido e vulnerável garante condições promissoras para a vida dos trabalhadores.

É sabido que a conjuntura econômica, política e social brasileira sofreu significativas transformações no mundo do trabalho, o país vive em situação de pleno emprego, isto é, menos de 5% da população economicamente ativa desempregada, esse índice variou entre essa meta nos últimos anos e em Outubro deste ano (2014) fixou em 4,9%, menor taxa para esse mês nos últimos 12 anos, segundo última pesquisa do IBGE. Outros aspectos também sofreram transformações, o caso da informalidade do trabalho é um quadro que está em constante e rápida transformação, podemos afirmar que o mercado brasileiro de trabalho tem apresentado queda constante nos níveis de informalidade²⁷, a taxa em janeiro de 2014 fora de 32,2%, a mais baixa já encontrada para esse mês nos anos anteriores desde 2012.

²⁶ Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/>. Acesso em 16 de Outubro/ 2014, 13:41.

²⁷ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21552. Acesso em 29 de Outubro/2014, 15:20.

4 Considerações finais

Diante do exposto neste artigo, das condições filosóficas e históricas nas quais o trabalho humano se sustenta, das conjunturas sociais e econômicas sob as quais o trabalho informal emergiu e das políticas atuais para o enfrentamento do quadro da informalidade, consideramos que este é um tema que não se esgota e não é passível de definição singular e unilateral.

O emprego formal, com carteira assinada ainda incorpora uma espécie de divindade cheia de simbologia de valorização, entretanto com os assuntos aqui destacados e entendendo os trabalhadores como atores sociais que sofrem as determinações de suas condições objetivas de existência, mas que também agem sobre a realidade, construindo uma visão de mundo que reflete as contradições e conflitos presentes nas condições sociais em que estão inseridos, é possível afirmar que o trabalhador informal pode assumir e transformar a informalidade na liberdade de exercício de função e de geração de renda, aqui é claro, sem apologias a desproteção do trabalho, pois não se trata de rotular a informalidade como uma ação redentora do trabalhador.

O trabalho informal é indissociável da lógica de uma sociedade capitalista, é resultado do tradicional conflito entre capital e trabalho, e isto não se desassociará por qualquer política social que se proponha. Neste artigo identificamos as consequências sociais e econômicas de tal fenômeno, sua dualidade enquanto expressão da questão social, decorrente das relações entre Estado, mercado e sociedade, sua precariedade, instabilidade, insegurança e seu valor de promoção do indivíduo como possibilidade de iniciativa empreendedora.

Concluimos que o mundo do trabalho é um campo de estudo multifacetado, com múltiplas determinações e inesgotáveis possibilidades. Não podemos de deixar de atribuir grande valor ao próprio trabalhador, o qual agrega valor à produtos e mercadorias que a partir do seu capital de força de trabalho e intelecto são produzidos, todo o mundo do trabalho converge para o próprio trabalhador, no que tange a sua exploração ou a sua honra e dignidade em trabalhar.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. (org) **A dialética do trabalho – Escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressa Popular, 2004.

ARANHA, Maria Lucia. **Filosofando.** São Paulo: Moderna, 1996.

DOBB, M. **Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith.** Lisboa: Editorial Presença, 1973.

ENGELS, F. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem.** In: RICARDO, Antunes (org). **A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels.** São Paulo. Expressa Popular, 2004.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História.** São Paulo: Ática, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós moderna.** São Paulo: Loyola, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 2001

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LAZZRESCHI, Noêmia. **Trabalho ou Emprego?** São Pailo: Paulus, 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social.** São Paulo: Vozes, 1979.

MARX, Karl. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. **O manifesto do partido comunista.** Prólogo José Paulo Netto, São Paulo: Cortez, 1995

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central de representações sociais.** Petrópolis:Vozes, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Revista de Ciências Sociais - nº23,** 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1967.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2005.